ESTUDOS SÔBRE O ESTÁGIO PROBATÓRIO

FERNANDO HENRIQUE MENDES DE ALMEIDA
(Livre-docente de Direito Administrativo
na Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo)

SUMÁRIO: 1 — Estágio probatório. Noção. 2 — O E. P. na Lei federal n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. 3 — Estudo sumário dos antecedentes da Lei federal n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. 4 — Natureza jurídica do E. P.

1 — ESTÁGIO PROBATÓRIO. NOÇÃO.

1. A expressão estágio probatório corresponde ao que os italianos chamam período de prova, e que os ingleses chamam period of probation. Introduzimos-la em nossa lei, traduzindo-a do francês, cujas leis nêle redigidas indicam: estage probatoire.

A primeira vez que a expressão normalmente foi empregada, na legislação brasileira, ocorreu com o 1.º estatuto dos funcionários civis da União, hoje revogado, isto é, o Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, através de seu art. 16, o que não quer dizer propriamente que outros legisladores não tivessem, entre nós, referido a expressão, sem haver-lhe, contudo, compreendido o fim a que, em suma, ela se destina, dentro da parte do Direito Administrativo em que se trata do pessoal do quadro rígido dos serviços administrativos.¹

A expressão significa um período de experiência a que se deve submeter todo funcionário que, não ocupando cargos de livres nomeação e destituição, pode vir

¹ A falta de informações minuciosas sobre as legislações locais levou o saudoso e laborioso Prof. Lúcio Bittencourt a omitir menção a trabalhos legislativos anteriores ao Decreto-lei n.º 1.713, de 1939, como, por exemplo, o ato municipal paulistano n.º 597, de 1934, que já aludia ao estágio probatório. É verdade que o escritor, ao nosso ver, forçando idéias, apontou germes do estágio probatório no art. 1.799, n.º 14, da Constituição imperial de 26 de março de 1824, quando esta declarou que todo cidadão era admissível aos cargos públicos “sem outra diferença que não a do talento e virtudes” (cf. Lúcio Bittencourt. Do Estágio Probatório e sua Eletiva Utilização (II), na “Revista do Serviço Público”, ano XI (1948), vol. III, ns. 1 e 2, pág. 55 e segs.). Data venia, entendemos que o aparecimento do E. P. só ocorreu, com as suas notas tecnicamente completas, no Decreto-lei n.º 1.713, de 1939 (cf., ainda, projeto n.º 153, do deputado Moniz Aragão).
a adquirir a estabilidade, quando nêle bem provar. Pode-se, portanto, firmar a seguinte noção: E. P. é o período, que a lei determina para que, não se tratando de cargos de vacância "ad nutum", o funcionário seja observado e disto se siga ser ele confirmado no serviço administrativo e adquirente da estabilidade, ou infirmado e exonerado de ofício, isto é, eliminado, sem que a eliminação assuma o caráter de pena disciplinar.

2. A exposição feita até aqui diz bem das notas do E. P. Como êle é um período, de que depende a continuidade da relação jurídica da função pública, dentro do tempo que a lei para êle estabeleça, deve o funcionário ser observado, para que, revelando qualidades que se lhe encarecem no texto legal, possa chegar àquele direito de poder ser admitido em razão de procedimento disciplinar (estabilidade), ou, não as revelando, seja exonerado de ofício.

3. A primeira menção, em termos razoáveis do E. P., apareceu, como dissemos, no Decreto-lei n.º 1.713, de 1939, art. 16. 2

4. Como formulada acima, a noção do instituto em exame oferece o campo de sua incidência. Assim é que: 1.º) salvo equiparação excepcional por lei, êle é inaplicável só a servidores do quadro maleável, isto é, a extranumerários; 2.º) é inaplicável, também, a funcionários que, como interinos ocupem cargos como substitutos e comissionados bem como áqueles que os ocupem em casos que a lei faz a nomeação descendente do fator confiança; 3.º) é inaplicável aos vitalícios, porque êstes adquirem o direito de ser mantidos no serviço administrativo, assim que investidos nos cargos.

5. Todo aquêle que se acha em estágio probatório chama-se: estagiário. Terminado o E. P. transforma-se em estagiado, para que, se bem provado, seja eliminado de ofício (exoneração) ou, para que, se bem provado, seja mantido e adquirir, de então para diante, a estabilidade.

A estabilidade só pode existir, normalmente, quando o cargo comporta E. P. e dêste se segue a confirmação de estagiado. É a conclusão sintética de tudo quanto até aqui dissemos.

6. As qualidades de que a lei costuma fazer depender a conquista da estabilidade, depois de encerrada afortunadamente o E. P., são: a) idoneidade moral; b) a disciplina; c) a assiduidade; d) a eficiência. Isto não quer dizer que, antes de ser nomeado e depois de adquirir estabilidade, o funcionário não deva também ser moralmente idôneo; nem significa que, depois de confirmado, êle possa ser indisciplinado, faltoso e ineficiente. Traduz, sim, uma idéia especial. O estagiário não pode ser exonerado (isto é, eliminado de ofício) durante o E. P.; mas, pode ser demitido sem procedimento administrativo, por transgressão disciplinar grave, antes de êle ser terminado.


7. No atual estatuto dos funcionários civis da União (Lei federal n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952) do instituto consta definição no art. 15. Segundo êste,

2 V. a nota 1, em que se diz que a expressão já era conhecida do legislador do ato municipal paulistano n.º 597, de 1934. A Lei n.º 736, de 1856, por igual, a previu, rudimentarmente, quando disse que o funcionário seria nomeado como prático; o mesmo se poderá dizer do Decreto n.º 3.748, de 1861, que, para cargos de
o E. P. é: I) o período de 2 anos de efetivo exercício do funcionário nomeado em virtude de concurso; ou, II) o período de 5 anos de efetivo exercício daqueles que, com o consentimento da lei, foram nomeados sem concurso. Mas, a definição não é completa, porque não diz, desde logo, para que serve o E. P., questão que é esclarecida no § 1.º do citado art. 15. E para que serve ele? Para ver e saber: se o funcionário é moralmente idôneo, é disciplinado, é assíduo e eficiente.

8. É fácil saber a origem do art. 15 da Lei federal n.º 1.711, de 1952. Está no art. 16 do Decreto-lei n.º 1.713, de 1939, do qual também trouxe o senão que acima apontamos.

9. As qualidades encarregadas para o E. P. devem ser observadas e documentadas mediante as observações de que se seguir que o estagiário as está ou não as está revelando. É tudo isto forma um procedimento administrativo, de que tratam os §§ 3.º a 8.º do art. 15 da Lei federal n.º 1.711, de 1952. Sua evolução é a seguinte: Fase de instrução, em que o chefe da unidade de lotação do estagiário, por boletins, envia informações sobre ele ao órgão do pessoal fixo, a qual deve durar todo o tempo do período de prova e não assim terminar 4 meses antes, como a lei determina, porque ignora o legislador o fito de tal tempo. Depois, sobrevém a fase de deliberação, assim indicada: “Em seguida o órgão do pessoal formulará parecer escrito, opinando sobre o merecimento do estagiário em relação a cada um dos requisitos (idoneidade moral, disciplina, assiduidade e eficiência) e concluindo a favor, ou contra a (sua) confirmação.” De tal imprópiamente chamado parecer é dada ciência ao interessado para, querendo, recorrer dêle ao Ministro, que a apreciará, razão por que há aí uma instância administrativa de grau único (recurso hierárquico). A última fase é a de decisão. Se o Ministro respectivo do Ministério a cujo quadro rígido pertence o funcionário, não adotar a orientação que o informado lhe sugere, silenciará e aqui se aplica bem a regra: Qui tacet consentit; se não a adotar, fará subir ao Presidente da República o decreto exoneratorio.

3 — ESTUDO SUMÁRIO DOS ANTECEDENTES DA LEI FEDERAL N.º 1.711,
DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

10. Já foi notado aqui que o art. 15 da Lei federal n.º 1.711, de 1952, reproduziu, com ligeiras alterações, o que já se achava no art. 16 do Decreto-lei n.º 1.713, de 1939. Num e outro, portanto, devem estar os mesmos senões. O mais sério cremos que é aquele em que, nêles, é encarregado que a fase de instrução termine antes de terminado o E. P., sintoma claro de que os legisladores de 1939 e de 1952 supuseram que só antes do E. P. é que é possível exonerar fun-

chefeia, estabelecia um “periodo de carência”. Mas a estabilidade na função pública é conquista republicana. Portanto, não se pode desisvar o E. P. em regime em que a demissibilidade ad nutum foi a regra, e, por esta razão, somente quando a estabilidade emergiu, se pode compreender e dar exata compreensão ao instituto.

3 Lei federal n.º 1.711, de 1952, art. 15, § 3.º.

5 Cf. nota 3. supra.
estagiário, o que é um absurdo que consagra a figura de fraude. Durante o E. P., o estagiário: a) não pode ser exonerado, a não ser a pedido; b) pode ser demitido, por transgressão disciplinar grave, independentemente de procedimento disciplinar. Depois do E. P., o estagiado, isto é, o que já foi estagiário: a) pode ser exonerado, de ofício, se não provou bem; b) não pode ser demitido, a não ser mediante procedimento disciplinar. Ambos os textos legais não chegaram a tal conclusão e daí o haverem apressado a fase de instrução, como se a exoneração de ofício só pudesse ocorrer antes do E. P., quando, na realidade, não pode ocorrer durante ele, mas pode ocorrer depois dele, se o estagiado houver provado mal.

11 — O estudo sumário aqui apresentado tem a utilidade de remeter-nos logo à necessidade de indagar da natureza jurídica do E. P. Chegando-se a um resultado quanto a isto, cremos que se esclarece e se define perfeitamente o fim do instituto, por modo a melhor compreendê-lo no mecanismo da relação de função pública-tipo, isto é, aquela em que sempre se integra quem tende a conquistar a estabilidade e frequentemente vem a conquistá-la.

4 — NATUREZA JURÍDICA DO E. P.

12 — Se consagrarmos um pouco de atenção ao fenômeno, veremos, desde logo, que, em todos os casos em que é possível ao servidor participante do quadro rígido, ou seja, o funcionário, vir a ser estável, deve ele submeter-se a um período de experiência dentro do qual, observado o seu comportamento no serviço administrativo, provará bem, ou provará mal, para o efeito de, respectivamente, ser confirmado, ou infraído. A confirmação significa a persistência da relação de função pública, assinalando, daí por diante, a garantia de poder ser demitido, após procedimento administrativo; a infração significa a rescisão, prontamente acordada pelo funcionário ao aceitar sua nomeação, da relação de função pública, e ocorre pela exoneração, de ofício, a qual, por isso que não tem caráter de pena, depende de um procedimento administrativo que já descrevemos, porém sem natureza disciplinar.

O E. P. constitui um método de seleção do pessoal que tende a tornar-se permanente nos serviços administrativos. Envolve, pela apuração de qualidades daquele que, para vir a ser permanente, carece de as ter como a lei impõe. Mas, em tôdas as hipóteses em que precede concurso, é também um sobreconcurso, pois, os seus resultados confirmam, ou infraíam os concursos que deram origem às nomeações, cuja subsistência fica na sua dependência. Esta posição do instituto deu azo a que vários escritores sugerissem a sua verdadeira missão na relação de função pública, chegando à respectiva natureza jurídica. E o de que vamos tratar, agora.

13. As tendências que se verificam nos escritores que procuraram resolver o problema da natureza jurídica do E. P. podem classificar-se do seguinte modo:

a) teorias condicionalistas;
b) teoria do término;
c) teorias do negócio autônomo e da equiparação do instituto aos casos de compra-e-venda com a cláusula a contento.
14. O E. P. aparece, numa das correntes condicionalistas, apontado como condição resolutiva na relação de função pública. 6

Atento o até aqui exposto e considerando que a condição (acontecimento futuro e incerto, que influí numa relação jurídica), se diz resolutiva, quando extinguir, onde estaria o direito de que o E. P. é extintor? Ésse só pode aparecer, quando o E. P. se exaure e nêle bem provou o estagiado. Logo, se, aparecendo, não se logra saber qual é êle, a extinção não ocorre e, portanto não há como falar em condição resolutiva.

15. Condicionalista é também a corrente que nos apresenta as seguintes ideias: o E. P. vem a ser condição suspensiva, na relação de função pública. 7

Não podemos concordar com tal lição, pois: 1.º o E. P., se suspensivo fôsse, criaria um direito; 2.º o direito que o E. P. poderia fazer nascer é a estabilidade, mas, nem todo êle é possibilitado de tal fator ação, se não apenas aquêle que redunda em provar bem e em ser confirmado; 3.º) não é o E. P. que pode criar a estabilidade, contudo, as qualidades durante êle reveladas ês que a podem criar.

16. Condicionalista, por fim, também é a corrente dos autores que divisam no E. P. pura e simplesmente uma condição, sem declarar a qualidade do fim desta, isto ês, sem esclarecer se ela ê suspensiva, ou ê resolutiva. 8

Uma opinião assim nos leva a entendê-la como eclética, ao menos por força da omissão em que incide quanto a esclarecer se é favorável à modalidade resolutiva, ou à suspensiva. Admití-la ela, segundo nos é dado depreender, que, às vezes, o E. P. fôsse condição resolutiva, e, às vezes suspensiva, conforme se apresentassem os dizeres de cada texto legal, caso por caso, ou ainda, que pudesse reunir as duas qualidades, isto ês, a de criadora de direito, por um lado, e de extintora por outro. Confessamos, porém, que tais interpretações são por nós aventuradas apenas.

Com efeito, se o E. P. é condição resolutiva, urge apontar o direito que êle extinguir, e, no caso, não sabemos qual possa ser êle; se ê suspensiva, e, portanto, cria direito, como sabemos que o E. P. só o faz quando ês resultados confirmatórios, disto se segue que nem todo êle ê classificável como suspensivo. Talvez se pudesse pôr luz por aí, recordando autores que afirmaram que tôdas as condições são suspensivas porque, em sua essência, há sempre o efeito de dar-se fim aos atos a que elles se acham ligados? 9 Entretanto, seria aventura ignorar que nem todo fatuo futuro e incerto ligado a uma relação jurídica pode não suspender o ato a que se ache ligado. Ademais, as expressões suspensiva e resolutiva, quanto às condições, se referem ao caráter criador e extintor de

---

6 Cf. Petroozziela (Rapporto di pubblico impiego, pág. CCl, no Trattato, de Orlando. II. 3.ª parte); Pacinotti (L'impiego nelle pubbliche amministrazione secondo il Diritto Positivo Italiano, pág. 178, cap. III, § 5.º, n.º 38); Porrini (Il periodo di prova di alcune impieghi comunali, apud Pacinotti, ob e lug. cits., em nota de rodapé).

7 Porta (Il servizio di prova negli impieghi Statali e la sua volubilità, na "Rivista di Diritto Pubblico" (1937), 1.ª parte, pággs. 607 e 608).

8 Cellitti (Il passagio da uno ad altro ruolo delle Amministrazioni dello Stato, em "Rivista di Diritto Pubblico" (1934), 1.ª parte, pág. 687).

9 V. g. Maynz, (Elementos de D. Romano, § 128-bis) e Thibaut, apud Ribas (Curso de Diritto Civil Brasileiro, II. pág. 392).
direito, que encontramos respectivamente em cada uma delas, e não assim ao efeito de sobrestar ato si et in quantum.

b) Teoria do têrmo

17. Como se sabe, têrmo ou dics é o limite póstho no tempo à eficácia de uma relação jurídica,10 compreendendo um dia em que a relação jurídica se inicia, o qual se chama primordial e outro em que ela finda, o qual se chama final. Por outras palavras: têrmo é o lapso de tempo entre a declaração da vontade e o dia em que deve começar, ou findar uma relação jurídica.11 Pois bem. Um autor houve que atribuiu ao E. P. a natureza jurídica de têrmo quo interprelat pro homine na relação da função pública.12

Vejamos se é possível aceitar-se esta opinião. Realmente, impressiona que o E. P. se apresse como um prazo (de 2 ou 5 anos). Ante isto, seduz dizer que ele é um têrmo, porque, depois dêle, ou o direito se extingue, ou o direito se cria. Todavia, se é exato, ou se poderia ser exato que o E. P. fôsse um têrmo, seria preciso, de um lado que o direito que ele extingue (no caso de ser confirmatório o seu respectivo resultado), existisse antes de completar-se o dia final e a partir do dia inicial ou primordial. Mas, que direito seria esse? Seria preciso, ainda, que o direito que ele cria (no caso de ser confirmatório o seu respectivo resultado) começasse de existir a partir do dics ad quem ou têrmo resolutivo. Mas, como todo têrmo, quer suspensivo, quer resolutivo, se refere a acontecimento certo e em tempo determinado ocorrível, visto que ser moralmente idôneo, assim, disciplinado e eficiente são requisitos certos quanto à manifestação, parece se deva concluir que a idéia de têrmo é inaplicável. Têrmo, porém, há na interinidade, que é ponto que, como é ocioso esclarecer, não pode interferir na discussão do nosso objeto.

c) Teoria do negócio autônomo e da equiparação do instituto aos casos de compra-e-venda a contento

18. No contrato de compra-e-venda, pode a lei estabelecer que ela se realize por modo que o comprador pactue com o vendedor o seguinte: Eu recebo a coisa e a experimento. Se servir, ela ficará minha; se não servir, eu lhe devolverei. É o pacto chamado cláusula a contento advindo daquela a que as fontes tratavam como pactum discicentiae.13 Pois bem. Houve quem no passado, semelhassa o E. P. a tal cláusula.14

A adaptação da teoria em exame ao caso da função pública seria esta: a Administração pública experimentaria o nomeado, ciente de que por prazo certo dentro no qual, não servindo, seria exonerado de ofício. Bem. Não vamos discutir o absurdo de se trazer para a função pública uma cláusula justificável em

10 Ribas (ob. cit., I, pág. 402).
12 Borasio (Il periodo di prova, na Riv. di Diritto Pubblico” (1924), 1.ª parte. pág. 360 a 364).
14 Opinião referida por Borasio (ob. e lug. cits.), que não indica nome de quem a sustentou.
contrato traslativo de direito real sôbre coisa móvel ou imóvel. Mas, admitindo-se, para argumentar, que todo funcionário, embora não se possa vender, nem ser vendido ao Estado, a êste venda sua habilitação, seria preciso que lebrássemos que o pacto em aprêço nada mais é que condição. Apenas, convém saber: na venda a contento, quando o comprador não entrega, desde logo, o preço da coisa, há condição suspensiva até findar o prazo convencionado, ou, por outras palavras: o direito à coisa não existe até o último dia e a posição sua é equiparável à do comodatário até que, não restituída por ele a coisa ao vendedor, o negócio seja rescindido, ou não restituída, a venda se torne perfeita. Mas, sempre que o comprador paga o preço, isto implica condição resolutiva e êle adquire desde logo a propriedade, para que, depois de declarar que a coisa não lhe serve, se desfaça o contrato.\(^{15}\) Ora, dado que o Estado, na função pública, se pudesse comparar ao comprador, \textit{ad absurdum}, desde que retribuído é o funcionário, a partir da nomeação na exaustão do E. P. fica com um direito. E qual será êste? O de exonerar o mal provado? Não cremos que se possa ir adiante com a explicação. Em verdade, não há dúvida que tôda nomeação vinculada ao E. P. importa algo de semelhante à cláusula a contento. Mas é preciso ver qual o mecanismo de tal pacto acessório,\(^{16}\) entendido, também, como negócio autônomo.\(^{17}\)

Nomeado o funcionário e investido no seu cargo, êle entra, desde o exercício iniciado, em estágio. Fica entendido que, se servir, demonstrando as qualidades encarecidas na lei, permanecerá no serviço administrativo, e que, se não servir, será exonerado de ofício. Ora, como o Estado lhe paga vencimentos, há aí uma condição resolutiva, para que o não prestadio ocasione a legitimidade da exoneração. E é exoneracao com \textit{causa}. A dificuldade está em que o Estado não pode ser equiparado, na hipótese, ao titular de propriedade resolvêvel, visto que o estagiado não está nunca obrigado a devolver, nem, na prática, lhe devolve o dinheiro que recebeu, durante o E. P.

\textbf{d) Solução proposta}

19. Em face dos nossos estatutos, o estabelecimento de um prazo de experiência do nomeado para cargo que possa vir a ser ocupado definitivamente ou para permanência em serviço administrativo, por modo que, extinto o cargo, o seu ocupante fique disponível até ser aproveitado, não induz a idéia de têrmo. Porém, é um prazo em que deve o funcionário em prova mostrar qualidades que a lei exige, as quais são \textit{condições} para êle permanecer, ou, não existindo elas, ser exonerado. Logo, o E. P. é um tempo para se verificarem \textit{condições}. Estas é que, existindo, criam direito (condições suspensivas) e não sendo preenchidas se resolvem em condições suspensivas, porque extinguem a eficácia da nomeação, transformando-a de válida e eficaz que era antes em nula na sucessão e, portanto, \textit{revogável}.

20. A solução proposta cremos ser aceitável, porque ela não nega eficácia jurídica à relação jurídica, enquanto corre o estágio, e, portanto, reputa válido (susceptível de produzir efeitos jurídicos insuprimíveis) e eficaz (produtos de

\(^{15}\) Cf. Coelho da Rocha (ob. e lug. cts.).

\(^{16}\) Baldi-Papini (\textit{Il rapporto d’impiego pubblico}, pág. 20).

\(^{17}\) Amari, \textit{Il periodo di prova negli impieghi statali}, \textit{apud} Porta, ob. e lug. cts.
efeitos jurídicos suprimíveis) um negócio jurídico, ao qual, com o silêncio do fim do E. P., quando infringatório o resultado dêste, vem a ser nulo na sucessão, porque perde a eficácia e, assim, pode ser revogado. Destarte, a exoneração de ofício não se nos pode apresentar como uma rescisão, mas como uma revogação. Seria rescisão, se, para levá-la a efeito, necessária fôsse uma sentença rescisória, o que pressuporia que o ato de nomeação, válido na origem, e também eficaz, se transformou em anulável na sucessão, fenômeno que aí não ocorre. É revogação, porque, embora a nomeação do estagiário fôsse válida e eficaz na origem, se tornou nula, supervenientemente, e, assim pôde ser revogada. E se tornou nula, para poder ser revogada, porque o estagiado provou mal e, no momento em que isto se deu, caiu a sua eficácia (produção de efeitos jurídicos) e, com ela, a validade (possibilidade de produzir efeitos jurídicos insuprimíveis).

21. Aqui está, em suma, a maneira por que encaramos o Estágio Probatório. Seu alcance prático é o de poder-se sustentar precisamente que o Estado fraudou o pacto, quando exonera, como muitas vezes teria sucedido entre nós, por causa do errado pressuposto de que, durante ele, pode livremente exonerar, quando, na realidade, só pode fazê-lo de ofício, depois de completamente exaurido e documentadamente demonstrado que o funcionário não satisfaz.  

Caso contrário, resta à Administração pública: a) em caso de transgressão disciplinar grave, cometida pelo estagiário, demiti-lo, sem necessidade de procedimento disciplinar ordinário, visto que ele ainda não tem estabilidade, ou aguardar a exaustão do estágio, a fim de exonerar o funcionário já estagiado, sob o fundamento de ele ter provado mal.

Ora, bastará notar que o E. P. é pacto acessório, para concluir que sua interrupção por determinação unilateral de um dos pactuantes é uma fraude. Consequentemente, a interpretação que escritores nacionais e a jurisprudência con-

18 Era, aliás, tal o pensamento de uma obra de Bonicelli, que não lograremos conhecer senão através de citações, mas cujo título é expressivo, pois é: Del periodo di prova e della necessità ch'venga esaurito (1911). Entre nós, a primeira impressão dos escritores, como tudo indica, parece ter sido a de que só antes de terminado o E. P. é admissível a exoneração de ofício, de um lado, em harmonia com a recomendação legal de que a fase de instrução finde 4 meses antes de terminado o E. P., e, de outro, contra o seu espírito, quando a lei prevê a exoneração de ofício, no caso de infirmação (cf., entre outros: Tito Prates da Fonseca, Direito Administrativo, pág. 292; Gonçalves de Oliveira, comentário em rodapé na "Rev. de Dir. Administrativo", IV, págs. 168 a 170); Araújo Castro (Constituição Federal de 1927, em comentário ao título referente a funcionários). O Tribunal de Apelação de São Paulo se pronunciou pela legitimidade da exoneração de ofício de funcionário em estágio, cujo cargo foi extinto (Rev. dos Tribs., vol. 147, pág. 652). No mesmo sentido, há acórdãos na Rev. Forense (vol. 89, pág. 740; vol. 97, pág. 629). Contudo, na ementa Medico condotto (Rivista di Diritto Pubblico, 1925, 2.ª parte) em Petrozziello (ob. e lug. cts.) é dada como fraude ao E. P. qualquer obstrução à exaustão dêste. Neste sentido, cf. decisão, no vol. 38, da Rev. de Dir. Administrativo.

19 Lúcio Bittencourt (ob. cit., pág. 60, n.º 5, 1.ª coluna) já observara que o Decreto-lei n.º 1.713, de 1939, no art. 16 não havia sido claro quanto a poder-se exonerar de ofício o estagiário, isto é, o funcionário durante o estágio. Mas, cremos que, se, por um lado, apressando de 4 meses a fase de instrução, deixou ensanchas para concluir-se que só durante ele era possível a exoneração de ofício, ficara eliminada esta interpretação em face daquela que, no fim, fazia claro que, quando não provado bem, o estagiado deveria ser exonerado de ofício, em vez de ser confirmado e adquirir estabilidade.
sagraram por muito tempo,\textsuperscript{20} quanto defeituosamente a antecipação da fase de instrução do E. P., importava em dar foros de legitimidade a um ato ilícito.

Infelizmente, o mesmo erro está no art. 15 da Lei federal n.\textsuperscript{o} 1.711, de 1952, que é o atual texto estatutário. Ali, ainda se fala de antecipação de 4 meses, providência que leva o intérprete desavisado a supor, incorretamente, que depois do E. P. já não se pode exonerar de ofício. Convém, portanto, notar o seguinte: I) durante o E. P. é vedado exonerar de ofício; II) solução contrária à do n.\textsuperscript{o} 1 é fraude a um pacto acessório a que o Estado se vinculou e que, portanto, não pode reputar de somenos importância.

Em síntese: a exoneração de ofício só pode ocorrer depois do E. P., desde que este o funcionário estagiado tenha provado mal.\textsuperscript{21}

22. O resultado final e de alcance prático que se pode tirar de tôdas as observações dêste ligeiro estudo é que:

1.\textsuperscript{0}) é interrupção indébita do E. P. terminar a sua fase de instrução antes de terminar, integralmente, todo o seu prazo;

2.\textsuperscript{0}) a interrupção assim apresentada (oriunda de redação inábil da lei) decorre de um pressuposto errado, qual o de que, terminado o E. P., o funcionário estagiário é inexonerável de ofício, pois ele é exonerável de ofício, se mal provar, mas inexonerável, a não ser a pedido, durante o E. P.

Estas conclusões não se dessuem apenas da doutrina, mas também da própria lei, pois seria inútil pôr alguém em experiência, para, não terminada esta, eliminá-lo do serviço. E os textos legais, referindo-se ao E. P., declaram a exonerabilidade de ofício, no caso de o funcionário, exaurido o estágio, não ter provado bem.

\textsuperscript{20} V. nota 18 supra.

\textsuperscript{21} A IV Seção do Conselho de Estado Italiano, que era o competente órgão para a espécie, com data de 30 de janeiro de 1925 (\textit{Rivista di Diritto Pubblico}, 1925. 2.a parte, pág. 121), assim decidiu, tendo a clementa da decisão os seguintes dizeres: "Se é ampla a faculdade de os municípios promoverem a exoneração de ofício de um médico em experiência para fins de prova, tal faculdade esbarra em limites na substancial observância do preceito que conferiu ao médico o direito à estabilidade após o biênio de prova. A jurisprudência se está tornando unânime em reconhecer que a exoneração é ilegitima, sempre que haja nela o escopo manifesto de \textit{fraudar} a lei, isto é: de impedir a consecução da estabilidade". Não é exato, pois, que a Administração Pública pode obstruir o E. P. Esta interpretação é ainda defluência do chamado errôneamente sistema de demissibilidade \textit{ad nutum}, o qual não se compadece e com a hipótese de quem caminha para a cláusula \textit{during good behaviour} ou \textit{quando se bene gesserint} e que, não pode ser impedido de conquistá-la, por ato que não seu.